

PRP  
Pró-Reitoria de  
Pesquisa e  
Pós Graduação



Universidade  
Estadual de Goiás



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA- CEGESP**

**DENYS DOUGLAS DIAS DE SOUSA**

**A INTEGRAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES OPERACIONAL E TÉCNICA  
REALIZADAS PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR NO MUNICÍPIO DE  
CUIABÁ-MT**

**GOIÂNIA**

2017  
DENYS DOUGLAS DIAS DE SOUSA

**A INTEGRAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES OPERACIONAL E TÉCNICA  
REALIZADAS PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR NO MUNICÍPIO DE  
CUIABÁ-MT**

Artigo a ser apresentado ao CEGESP 2017 da Secretaria de Segurança Pública, em cooperação técnica com a Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública.

Orientador(a): prof.(a) Nélia C. Pinheiro Finotti  
Co-orientador(a): TC BM Wendell C. Arruda Silva

**GOIÂNIA**

2017  
DENYS DOUGLAS DIAS DE SOUSA

**A INTEGRAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES OPERACIONAL E TÉCNICA  
REALIZADAS PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR NO MUNICÍPIO DE  
CUIABÁ-MT**

**Data da Aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_**

\_\_\_\_\_  
**Prof. (a) Nélia Cristina Pinheiro Finotti**

\_\_\_\_\_  
**Andreya de Fátima Bueno – Major BM**

\_\_\_\_\_  
**Prof. (a) (nome do avaliador)**

**GOIÂNIA**

2017  
**A INTEGRAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES OPERACIONAL E TÉCNICA  
REALIZADAS PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR NO MUNICÍPIO DE  
CUIABÁ-MT**

**Denys Douglas Dias de Sousa<sup>1</sup>**

## **RESUMO**

Este trabalho objetivou investigar se há integração entre as atividades, operacional e técnica, que a corporação realiza na cidade de Cuiabá-MT, devido à grande importância que estas representam para a sociedade. Tal investigação se deu por meio das pesquisas bibliográfica, qualitativa e quantitativa, através das leituras de legislações, normas técnicas, artigos, livros e trabalhos acadêmicos com a finalidade de apresentar o rol de atribuições que as atividades em questão representam para segurança contra incêndio e pânico (SCIP) da sociedade. Também foram realizadas entrevistas e questionário aos bombeiros militares que exercem a função de chefia e aos que fazem parte da escala operacional. Diante das pesquisas, concluiu-se que de fato é importante a integração entre as atividades operacional e técnica e que reforça mais ainda a necessidade de que esta ocorra, visto que é imprescindível que as unidades troquem informações e experiências, pois trará melhorias significativas no atendimento à população cuiabana.

**Palavras-chaves:** Atividade técnica. Atividade operacional. Segurança contra incêndio e pânico.

## **ABSTRACT**

This work aimed to investigate if there is integration between the activities, operational and technical, that the corporation performs in the city of Cuiabá-MT, due to the great importance that these represent for society. This research was carried out through bibliographical, qualitative and quantitative research, through readings of legislation, technical norms, articles, books and academic papers in order to present the role of attributions that the activities in question represent for fire and panic safety (SCIP) of the company. Interviews and questionnaires were also conducted to the military firefighters who perform the leadership function and those who are part of the operational scale. In the face of the research, it was concluded that in fact it is important to integrate operational and technical activities and further reinforces the need for this to occur, since it is imperative that the units exchange information and experiences, as it will bring significant improvements in service to the cuiabana population.

**Keywords:** Technical activity. Operational activity. Fire safety and panic.

---

<sup>1</sup> Acadêmico da Pós-Graduação em Gerenciamento de Segurança Pública, Bacharel em Gestão de Risco Coletivo pelo Instituto Estadual de Segurança Pública do Pará – IESP/PA, Capitão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, douglas@cbm.mt.gov.br.

## INTRODUÇÃO

A segurança contra incêndio e pânico, devido a sua multidisciplinariedade, exige o envolvimento de vários atores para que possa atingir o seu principal objetivo que é a incolumidade das pessoas, das edificações e do meio ambiente. Destes, podem destacar o Corpo de Bombeiros Militar, as universidades e institutos de pesquisas, os profissionais da engenharia e da arquitetura, os fornecedores e, principalmente, a sociedade.

O trabalho visa à melhoria do serviço de segurança contra incêndio e pânico prestado à sociedade através do envolvimento entre as atividades-fim de competência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso (CBMMT). Destaca-se o bombeiro militar que executa o serviço de prevenção e extinção de incêndio como um dos principais atores no contexto da segurança contra incêndio e pânico.

Desta forma, este trabalho tem como finalidade apresentar a importância que a integração entre as atividades, operacional e técnica, realizadas pelo CBMMT no município de Cuiabá-MT, possui para a sociedade. Pois, é por meio dessa integração que se conseguirá trazer melhorias nos atendimentos às ocorrências.

O objetivo foi verificar se há integração entre as atividades-fim, sendo assim foram realizadas pesquisas bibliográficas através das leituras de legislações, normas técnicas, artigos, livros e trabalhos acadêmicos com a finalidade de apresentar o rol de atribuições que as atividades em questão representam para segurança contra incêndio e pânico.

Para se atingir este objetivo, utilizou-se das metodologias de pesquisas qualitativas e quantitativas através das técnicas de entrevistas e questionário para investigar se há trocas de conhecimento entre a atividade operacional do 1º Batalhão de Bombeiros Militar (1ºBBM) e a atividade técnica realizada pela Diretoria de Segurança Contra Incêndio e Pânico (DSCIP). Sendo que, através desses resultados, buscou-se apresentar se de fato é importante à integração entre as atividades, principalmente, no que se refere à prevenção e extinção de incêndios.

Portanto, os resultados obtidos através das pesquisas podem verificar a relevância que esse trabalho possui, pois percebeu-se a necessidade da integração entre as atividades desenvolvidas pela DSCIP e pelo 1ºBBM, neste caso, como uma

forma de proporcionar melhorias ao serviço prestado à sociedade, tanto no âmbito técnico, quanto no âmbito operacional. Destarte, de posse desse diagnóstico será possível auxiliar o escalão superior nas tomadas de decisões futuras em busca dessa integração.

Para melhor compreensão do tema abordado, este trabalho foi dividido em quatro capítulos, onde se abordou um breve histórico sobre a segurança contra incêndio e pânico, a sua estrutura organizacional, as definições e por último a integração das atividades de segurança contra incêndio e pânico.

## **1 UM BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO**

No Brasil, principalmente após os incêndios ocorridos nos edifícios de Andraus (1972) e Joelma (1974) no Estado de São Paulo, começaram a se pensar em segurança contra incêndio como fator imprescindível para incolumidade pública. Segundo Seito et. al (2008, p. 25), “O Ministério do Trabalho editou a Norma Regulamentadora 23 (NR-23) - Proteção Contra Incêndios, em 1978, dispondo regras de proteção contra incêndio na relação empregador/empregado[...]”.

De certa forma, essas grandes ocorrências de incêndios impactaram significativamente toda uma cultura a nível Brasil, de imediato fazendo com que a sociedade se organizasse em prol de um objetivo comum que é a prevenção e proteção contra os incêndios. Segundo Seito et. al (2008, p. 11):

Essas tragédias provocaram mudanças na legislação, nas corporações de bombeiros, nos institutos de pesquisa e, principalmente, foi iniciado um processo de formação de técnicos e pesquisadores preocupados com essa área de conhecimento.

Em 1984, no Estado de Mato Grosso, foi publicado o Decreto Estadual nº 857 que especificava as instalações necessárias para a proteção contra incêndio e pânico. Porém, apesar das exigências, o Corpo de Bombeiros não conseguia ser mais efetivo nas questões de fiscalização pelo fato de não possuir um dispositivo legal para sancionar àqueles que não atendessem as exigências estabelecidas pelo Decreto.

Depois de 21 anos, após ser aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governador, foi instituída a Lei de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado de Mato Grosso. A Lei nº 8.399/2005 trouxe, dentre várias mudanças importantes, a atribuição do poder de polícia de notificar, multar, interditar ou embargar, quando necessário, as edificações, instalações e locais de risco que se encontrarem irregulares. Porém, mesmo com a previsão legal do poder de polícia, ainda faltava regulamentação. Que, mais tarde, foi aprovado o primeiro Decreto de Fiscalização<sup>2</sup> que deu o início a regulamentação da atribuição de poder de polícia.

Hoje, a Lei Estadual nº 10.402, aprovada em 25 de maio 2016, é a atual legislação que dispõe sobre segurança contra incêndio e pânico no Estado de Mato Grosso. Esta legislação trouxe algumas mudanças das quais ressalta-se a remoção das tabelas de exigências das medidas de segurança para as edificações, instalações e locais de risco como era prevista na lei anterior (Lei 8.399/2005).

As tabelas das exigências foram transferidas à Norma Técnica do Corpo de Bombeiros 01 (NTCB 01/2017), que dispõe sobre os procedimentos administrativos, editada pelo CBMMT, dessa maneira ficando sobre sua égide a regulamentação das exigências que comporiam o projeto de incêndio, sendo assim deixando de ser apenas uma imposição legal, passando a exigências mais técnicas e científicas, pois trouxe a liberdade de estudo, viabilizando a sua atualização conforme as novas tecnologias.

## **2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ATIVIDADE DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO DO CBMMT**

O Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso atualmente possui 4 (quatro) Batalhões e 14 (quatorze) Companhias Independentes atuando nas atividades-fim que estão previstas no Art. 82 da Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso (1989), conforme segue abaixo:

---

<sup>2</sup> Decreto Estadual nº 2346/2010 que foi revogado. E a partir de 18 de fevereiro de 2017, entrou em vigor o Decreto nº 859 que dispõe sobre a regulamentação da Fiscalização no âmbito do CBMMT.

Art. 82 Ao Corpo de Bombeiros Militar, instituição permanente e regular, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina, e dirigida pelo Comandante-Geral, compete:

**I - realizar serviços de prevenção e extinção de incêndio;**

II - executar serviços de proteção, busca e salvamento;

III - planejar, coordenar e executar as atividades de defesa civil, dentro de sua área de competência, no Sistema Estadual de Defesa Civil;

**IV - estudar, analisar, exercer e fiscalizar todo o serviço de segurança contra incêndio e pânico no Estado;**

V - realizar socorros de urgência;

VI - executar perícia de incêndios relacionada com sua competência;

VII - realizar pesquisa científica no seu campo de ação;

VIII - desempenhar atividades educativas de prevenção de incêndios, pânico coletivos e de proteção ao meio ambiente. (Grifos nossos)

Dentre estas competências, ressaltam-se os serviços de prevenção e extinção de incêndio como atividades-fim operacionais, e as atribuições específicas de estudar, analisar, exercer e fiscalizar todo o serviço de segurança contra incêndio e pânico, também, como atividades-fim, porém técnicas, ambas executadas pelas unidades operacionais, inclusive o 1ºBBM.

As atividades técnicas, em questão, são executadas pela Diretoria de Segurança Contra Incêndio e Pânico e pelas Seções de Segurança Contra Incêndio e Pânico (SSCIP). Sendo que estas atividades desempenhadas pelo Corpo de Bombeiros Militar em todo Estado, tanto no âmbito técnico, quanto no administrativo e organizacional, são regidas por leis, decretos e portarias que delegam a DSCIP a regulação dessas atividades no âmbito do CBMMT, conforme prevê o Art. 36 da Lei Complementar nº 404, de 30 de junho de 2010 (Lei de Organização Básica do CBMMT):

Art. 36 A Diretoria de Segurança Contra Incêndio e Pânico (DSCIP) é o órgão responsável pelo planejamento, execução, coordenação e controle de todas as atividades concernentes a segurança contra incêndio e pânico das instalações, edificações e locais de risco.

Desta forma, as atividades técnicas desenvolvidas em todos os quartéis, em suas respectivas SSCIP's, são regulamentadas pela DSCIP através de doutrinas expedidas por portarias, instruções normativas, documentos expedidos, orientações por correios eletrônicos e, principalmente, a adoção e edição de Normas Técnicas homologadas pelo Comandante-Geral da corporação.

Mesmo que as ações das Seções de Serviços Técnicos das unidades operacionais sejam coordenadas pela DSCIP, as mesmas possuem autonomia de

trabalho em conformidade com seus respectivos comandantes, desde que atendam as doutrinas e determinações específicas emanadas por esta diretoria.

No Decreto nº 2.295, de 14 e abril de 2014, que regulamenta a Lei Complementar nº 404/2010 (LOB), dispõe em seu Art. 2º o seguinte:

V-NÍVEL DE DIREÇÃO SETORIAL E COMPONENTES DE ESTADO MAIOR GERAL  
 3 - Diretoria de Segurança Contra Incêndio e Pânico – DSCIP:  
 3.7 - **Seções de Segurança Contra Incêndio e Pânico - SSCIP.**  
 VII- NÍVEL DE EXECUÇÃO  
 1- Diretoria Operacional – DOP:  
 1.3.1.5 - **Seção de Segurança Contra Incêndio e Pânico - SSCIP;**  
 (Grifos nossos)

Pode-se notar, na estrutura organizacional do CBMMT, a presença da SSCIP, tanto ao nível de direção setorial quanto ao nível de execução. Isso se dá pela congruência que a atividade técnica representa para ambas as diretorias, principalmente, por ser uma atividade finalística prevista nas competências conferidas pelo Art. 82 da Constituição Estadual de Mato Grosso, como citado neste trabalho.

A Diretoria Operacional, onde estão vinculados os quartéis (Batalhões, Companhias Independentes etc.), exerce o papel fundamental da Instituição que é a atividade operacional, “o carro chefe” do Corpo de Bombeiros Militar. E, a atividade técnica representa um grande papel para a segurança contra incêndio e pânico, cabendo às Seções Técnicas dos quartéis pertencentes à DOP o dever de executar os serviços de análises de processos e de vistoria técnica do CBMMT, conforme previsto no Art. 8º da Lei nº 10.402/2016:

Art. 8º Compete às Seções de Segurança Contra Incêndio e Pânico - SSCIP:  
 I - analisar o processo de segurança contra incêndio e pânico;  
 II - realizar vistoria técnica nas edificações, instalações e locais de risco;  
 III - expedir ASCIP e APSCIP;  
 IV - cassar ASCIP e APSCIP;  
 V - fiscalizar, exercendo o poder de polícia para notificar, multar, interditar ou embargar;  
 VI - emitir informações técnicas.

Verifica-se, através da legislação, que a SSCIP é citada em vários níveis da estrutura organizacional do CBMMT que, apesar de fazer parte do organograma da DSCIP, a mesma não possui subordinação administrativa a esta Diretoria, sendo que, esse vínculo remete apenas ao planejamento, coordenação e controle das

atividades técnicas. Como mencionado anteriormente, a SSCIP subordina-se administrativamente ao comando da Unidade Operacional Bombeiro Militar ao qual está inserida e, devido a isso, está sujeita às determinações e a programação desta.

Portanto, diante do que foi explanado, percebe-se que devido à atividade técnica estar presente, também, ao nível de execução do CBMMT, por meio das unidades operacionais, por motivo estratégico, logístico e operacional, facilita com que haja maior interação e envolvimento dos bombeiros militares nesta atividade-fim, por meio de vistoria, palestras e análise de projetos. Esse engajamento dos militares das unidades é de suma importância para que haja integração entre as atividades operacional e técnica do Corpo de Bombeiros Militar.

### 3 DEFINIÇÕES SOBRE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

A segurança contra incêndio e pânico é a ciência que estuda os fenômenos dos incêndios em busca de edificações mais seguras por meio da aplicação de medidas protetivas e preventivas. Essa definição pode ser visualizada nos objetivos da SCIP previstos no item 4.1 da NT 02<sup>3</sup> (2014, p. 03), conforme abaixo:

- a) Proteger a vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco, em caso de incêndio;
- b) Dificultar a propagação do incêndio, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio;
- c) Proporcionar meios de controle e extinção do incêndio;
- d) Dar condições de acesso para as operações do Corpo de Bombeiros; e
- e) Proporcionar a continuidade dos serviços nas edificações e áreas de risco.

Para melhor compreensão da dinâmica da SCIP faz-se necessário trazer alguns conceitos.

A definição técnica de **fogo**, conforme a Norma UNE-EM 13943:2000, que dispõe sobre segurança contra incêndio, é qualquer combustão autossustentável que tenha sido colocada em prática, de maneira proposital, para se beneficiar de seus efeitos e que pode ser controlada em sua duração e extensão espacial (RIERA, 2015, tradução nossa).

---

<sup>3</sup> Norma Técnica do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás nº 02 que apresenta conceitos básicos de segurança contra incêndio e pânico.

Apesar dos recentes estudos, os institutos e universidades do mundo ainda não apresentaram a padronização do conceito de fogo. Diante desse cenário, Seito et. al. (2008, p. 35) apresenta algumas das principais definições de fogo conforme abaixo:

- a) Brasil – NBR 13860: fogo é o processo de combustão caracterizado pela emissão de calor e luz.
  - b) Estados Unidos da América – (NFPA): fogo é a oxidação rápida autossustentada acompanhada de evolução variada da intensidade de calor e de luz.
  - c) Internacional – ISO 8421-1: fogo é o processo de combustão caracterizado pela emissão de calor acompanhado de fumaça, chama ou ambos.
  - d) Inglaterra – BS 4422: Part 1: fogo é o processo de combustão caracterizado pela emissão de calor acompanhado por fumaça, chama ou ambos.
- Nota: ISO 8421-1 Combustão – reação exotérmica de uma substância combustível com um oxidante usualmente acompanhada por chamas e ou abrasamento e ou emissão de fumaça.

Diante dessa explanação, fica fácil entender o conceito de **incêndio**, que é uma das primeiras informações que um aluno bombeiro recebe no curso de formação. Desta forma, define-se que **incêndio** é o fogo que se inicia, de forma proposital, acidental ou natural, que foge ao controle, causando prejuízos seja ambiental, patrimonial e, na pior das hipóteses, podendo levar a perdas de vidas.

Se fizermos uma rápida pesquisa sobre o significado de **incêndio**, podemos encontrar as seguintes definições que são citadas por Seito et. al. (2008, p. 43), “a) Brasil NBR 13860: O incêndio é o fogo fora do controle; b) Internacional ISO 8421-1: Incêndio é a combustão rápida disseminando-se de forma descontrolada no tempo e no espaço”.

Além dessas explicações, a NTCB 04<sup>4</sup> (2016, p. 18) define: “**Incêndio** é o fogo sem controle, intenso, o qual causa danos e prejuízos à vida, ao meio ambiente e ao patrimônio”.

Para se entender o contexto do serviço técnico, é necessário definir que as **medidas de segurança contra incêndio e pânico** são exigências previstas na Lei 10.402/2016, que são necessárias para a prevenção e proteção a incêndios das edificações. Estas se subdividem em medidas protetivas e preventivas, que serão definidas a seguir.

---

<sup>4</sup> Norma Técnica do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso nº 4 que trata sobre terminologia e siglas de segurança contra incêndio e pânico.

As **medidas de proteção**, de acordo com o Manual Básico de Combate a Incêndio do CBMDF<sup>5</sup> (2009), são um conjunto de medidas que objetiva dificultar a propagação do fogo pelos compartimentos e edificações vizinhas. Permite também a fuga segura dos ocupantes da edificação sinistrada e facilita as ações dos corpos de bombeiros no salvamento e no combate ao incêndio, promovendo respostas mais rápidas, eficientes e seguras.

A proteção, no âmbito da segurança contra incêndio e pânico, segundo Seito et. al (2008), são medidas protetivas aplicadas na edificação com intuito de dificultar a propagação do incêndio e de manter a estabilidade estrutural do local sinistrado. Tais medidas são divididas em **proteção passiva** e **proteção ativa**.

Segundo Campos e Conceição (2006, p. 51):

A **proteção passiva** pode ser entendida como o conjunto de medidas de prevenção do surgimento e controle do crescimento e da propagação do incêndio, cumprindo sua função independentemente da ocorrência de sinistros. Tais medidas garantem a resistência ao fogo dos elementos construtivos, dificultam a propagação da fumaça nos ambientes, facilitam a fuga dos usuários e permitem a aproximação e o ingresso na edificação para o desenvolvimento das ações de combate a incêndios. (Grifo nosso)

O Manual Básico de Combate a Incêndio do CBMDF (2009, p. 19) define:

A **proteção ativa**, por sua vez, está intimamente relacionada à ocorrência do sinistro, respondendo, manual ou automaticamente, aos estímulos provocados pelo fogo. Logo, são medidas de combate a incêndio compostas basicamente pelas instalações prediais de proteção contra incêndio. (Grifo nosso)

As **medidas preventivas**, segundo Seito et. al (2008), se dão através de medidas de segurança contra incêndio que objetivam evitar a propagação do fogo através da aplicação do controle de materiais combustíveis, do isolamento das fontes de calor e, de forma educativa, do treinamento das pessoas para que se atenham aos hábitos e atitudes preventivas.

Diante dessas definições, pode-se afirmar categoricamente que as medidas de segurança da edificação, sendo elas preventivas ou protetivas, além da segurança do patrimônio, das pessoas e dos próprios bombeiros militares, também, possibilitam que estes consigam ser mais efetivo e eficiente no combate a incêndio.

---

<sup>5</sup> Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

São inúmeros os benefícios que o conhecimento das medidas de segurança da edificação proporciona aos bombeiros no atendimento à ocorrência de incêndio, visto que reforça mais ainda a necessidade de qualificação e integração entre as atividades técnicas e operacionais. Ainda, o Manual Básico de Combate a Incêndio do CBMDF (2009, p. 25) afirma que: “Conhecendo bem os sistemas de proteção contra incêndio e pânico das edificações (aspectos práticos), os bombeiros terão condições de usá-los a favor da tática e das técnicas de combate a incêndios”.

#### 4 INTEGRAÇÃO DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

Percebe-se nesse trabalho a menção da palavra “integração”, diante disso faz-se necessário trazer algumas definições:

Segundo Bueno (2007, p. 441), integração significa: “Totalização; **complementação**; inclusão”. (Grifo nosso).

**Integração** é uma palavra que tem a sua origem no latim *integrare*, verbo que significava **tornar inteiro**, ou designava o **ato ou efeito de integrar**. Dessa forma, o significado da palavra integração está diretamente ligado ao ato de assimilar e reunir, de tornar alguém integrado em um grupo ou sociedade.<sup>6</sup> (Grifos do autor).

Adaptando a este trabalho, pode-se entender que a integração das atividades, operacional e técnica, é a ligação das ações de assimilar o conhecimento e de reunir as forças em prol de um objetivo comum que é a segurança contra incêndio e pânico das edificações.

Para Chiavenato (2014), **integração** é o processo<sup>7</sup> proveniente das pressões do ambiente da organização e que tem como objetivo de unificar os esforços e coordenação entre os diversos departamentos.

Essas pressões ambientais da organização de que trata Chiavenato, aplicadas ao contexto desse trabalho, podem ser interpretadas como demandas advindas do meio externo da corporação, ou seja, das necessidades de intervenção que a sociedade apresenta. Diante disso, as seções têm que buscar integração

<sup>6</sup> [www.meusdicionarios.com.br/integracao](http://www.meusdicionarios.com.br/integracao).

<sup>7</sup> “Um processo pode ser definido de forma sucinta, como um conjunto de causas que têm como objetivo produzir um determinado efeito [...]” (WERKEMA, 2013, p. 23).

entre elas, justamente com objetivo de atender a crescente demanda que a segurança contra incêndio vem apresentando.

Diante do que foi mencionado, para que ocorra a integração entre as atividades-fim, a DSCIP e o 1ºBBM têm que buscar meios para que isso se torne possível, pois de acordo com Chiavenato (2014), o processo de integração se dá através do esforço convergente e unificado entre os departamentos para que se possam atingir os objetivos da organização.

A integração entre as áreas operacional e técnica poderá ser, dentre outras maneiras, através da implantação do ciclo operacional do Corpo de Bombeiros Militar, o planejamento e o pré-planejamento das ações de socorro que serão explicados mais adiante.

#### 4.1 Ciclo operacional de bombeiros

Segundo o Manual Básico de Combate a Incêndio do CBMDF (2009, p. 03): “O combate a incêndio se realiza por meio de um ciclo operacional composto por três fases: prevenção, extinção (ou combate propriamente dito) e perícia”.

Indo mais adiante, entende-se o ciclo operacional de bombeiros como uma sequência de ações interligadas, que se retroalimentam com objetivo de promover melhorias nas atividades de segurança contra incêndio. Dessa maneira, a fase prevenção poderá se dividir entre a fase de normatização e a fase dos serviços de vistoria e análise.

Para saber como funciona o processo do ciclo operacional de bombeiros, é importante, no primeiro momento, entender como funciona o ciclo PDCA. Não se trata de uma ferramenta e sim de um processo que visa à melhoria das atividades desempenhadas pelas organizações. Destaca-se a aplicação contínua do ciclo PDCA<sup>8</sup> como maneira de iniciar o gerenciamento de rotinas e, para que isso aconteça, os processos devem passar pelas seguintes fases:

**Planejar:** O planejamento das tarefas a serem executadas, incluindo a definição dos objetivos, métodos e procedimentos.

---

<sup>8</sup> É a sigla de Plan, Do, Check e Act que se traduzem, respectivamente, em Planejar, Fazer, Verificar e Agir. (Nossa tradução)

**Executar:** A execução de cada tarefa, conforme planejada, e a coleta de dados para posterior verificação.

**Verificar:** A verificação e comparação dos resultados encontrados contra os objetivos planejados, registrando eventuais desvios.

**Corrigir:** A introdução de medidas corretivas, nos casos de desvios detectados durante a execução dos processos. (MAUS, 2005, p. 15) (Grifos nossos).

Conforme Werkema (2013, p. 31), “O Ciclo PDCA é um **método de gestão**, representando o caminho a ser seguido para que as metas estabelecidas possam ser atingidas” (Grifo do autor).

Aplicando o conceito de melhoria dos processos através do Ciclo PDCA nas atividades-fim do CBMMT, temos o ciclo operacional de bombeiros que analogamente apresenta quatro fases, conforme abaixo:

- **Normatização:** Essa fase visa à regulamentação das ações voltadas à atividade de segurança contra incêndio e pânico, inicialmente pelo amparo da legislação seguida das normas técnicas, instruções normativas e portarias.

- **Análise e vistoria:** Essa fase, como o próprio nome diz, é dividida em dois serviços, a análise de projetos onde são apresentados às seções de segurança contra incêndio e pânico pelos responsáveis técnicos, e, posteriormente, a vistoria técnica que é a verificação da execução das medidas de segurança previstas para a edificação. Em determinados critérios, previstos em lei específica, em algumas edificações é exigida apenas a vistoria técnica para sua regularização, não sendo necessária a apresentação de projeto para ser analisado.

- **Combate a incêndio:** É a atividade-fim propriamente dita. É o serviço de extinção de incêndio exercido pela guarnição de bombeiros militar de plantão nos quartéis. De certa forma, é a maneira pelo qual poderá por em prática as medidas de segurança contra incêndio da edificação sinistrada, se caso possuir.

- **Perícia de incêndio:** é a atividade desempenhada pelo Corpo de Bombeiros Militar com intuito de investigar as causas do incêndio, bem como, verificar as possíveis falhas das medidas preventivas e protetivas de incêndio.

Segundo Maus (2005, p. 16):

Cada uma das fases do ciclo operacional constitui-se um macro fluxo possuindo estreito relacionamento mútuo, de tal forma que as deficiências e sobrecargas de uma e de outras afetam o ciclo como um todo. Não podem, portanto, serem planejadas e executadas de forma isolada, mas de forma ampla, tendo em conta, a influência e os efeitos que uma causa sobre a outra.

Dada à devida importância que a perícia de incêndio ocupa no ciclo operacional, pois é a atividade que objetiva investigar os fatos que originaram o incêndio e se, de alguma maneira, as medidas preventivas e protetivas falharam. É imprescindível, também, que a guarnição de serviço emita sua opinião, seja ela por relatório específico ou por outros meios administrativos, sobre as medidas de segurança existentes ou não na edificação sinistrada, no que tange a sua utilização, a sua disponibilidade e o seu funcionamento, correto ou não. Para que isso ocorra, se faz necessário que os bombeiros recebam instruções básicas sobre a atividade técnica, pois contribuirão, significativamente, para integração entre a atividade mencionada com a atividade operacional.

Diante do que foi mencionado, é importante que haja o fortalecimento de cada fase do processo do ciclo operacional de bombeiros, pois proporcionará uma maior integração entre as atividades e possibilitará um melhor atendimento à população.

#### **4.2 Planejamento e pré-planejamento das ações de socorro**

O planejamento das ações de socorro se inicia logo no recebimento do serviço, com as orientações sobre as ações a serem adotadas no local do incêndio e que também podem ser reforçadas ainda no deslocamento para esta. Nesse ínterim, a guarnição e, principalmente, o comandante de socorro procura conhecer o poderio operacional disponível levantando as principais informações referentes ao quantitativo de pessoas escaladas, as viaturas e os materiais disponíveis. Tais informações são necessárias para definir a resposta adequada para cada ocorrência.

Além disso, existe o pré-planejamento que se começa muito antes do serviço ordinário, tal atividade objetiva o levantamento de determinadas áreas e edificações de maiores riscos, tais informações são de suma importância para a atividade de combate a incêndio, pois contribui para evitar o imprevisto nas ações de resposta aos incêndios.

Segundo o Manual de Combate a Incêndio do CBMDF (2009, p.20), o pré-planejamento é realizado com o objetivo de, entre outras informações:

- levantar os pontos de risco da área de atuação do quartel ou da edificação;

- informar os pontos de abastecimento (hidrantes);
- confeccionar mapas e croquis;
- verificar fatores favoráveis e adversos à ação de socorro;
- verificar os sistemas preventivos existentes;
- levantar dados sobre a característica da edificação;
- delimitar a população;
- levantar dados de contato de emergência (de pessoal da edificação).

Diante disso, o planejamento das ações de combate a incêndio poderá incluir um banco de dados sobre as principais informações como, por exemplo, as plantas apresentando as medidas de segurança das edificações e áreas de maiores riscos. Essas informações podem ser disponibilizadas por meios eletrônicos em arquivo de imagem ou texto como, por exemplo, em *tabletes*, *notebooks* e *smartphones*. De posse dessas informações, as guarnições de serviço, no momento de um salvamento e combate a incêndio, possam saber, por exemplo, a localização das ancoragens que o edifício possui, das rotas de fuga, dos hidrantes de recalque, etc. Essas informações ajudarão muito nas respostas aos incêndios e nas demais atividades tais como salvamento em altura.

Hoje a NTCB 01/2017, após a aprovação do processo, exige que o responsável técnico apresente na DSCIP ou nas SSCIP's a cópia do processo de segurança contra incêndio e pânico (onde estão as plantas com as medidas de segurança da edificação) na extensão PDF<sup>9</sup>, salvo em dispositivo de armazenamento<sup>10</sup>. Essas informações ficam arquivadas na DSCIP e que, se fossem implantadas como banco de dados de consulta para as unidades operacionais, principalmente o 1ºBBM, poderiam contribuir muito na melhoria do serviço prestado à sociedade.

Portanto, diante das informações fornecidas pela DSCIP sobre as edificações de maiores riscos, os gestores do 1ºBBM poderiam planejar as ações de resposta aos incêndios por meio do mapeamento dessas edificações trazendo, com isso, inúmeros benefícios tais como a diminuição do tempo-resposta e a mitigação dos riscos que os bombeiros estarão expostos.

## 5 METODOLOGIA

---

<sup>9</sup> Formato digital de documento

<sup>10</sup> Ex.: *Pen Drive*, *Compact Disc* (CD) ou *Digital Video Disc* (DVD)

Para se obter informações necessárias para o trabalho, foram realizadas as pesquisas bibliográficas através das leituras de legislações, normas técnicas, artigos, livros e trabalhos acadêmicos com a finalidade de apresentar o rol de atribuições que as atividades em questão representam para segurança contra incêndio e pânico.

Para melhor compreensão do tema deste artigo, utilizou-se como método a pesquisa qualitativa, através da aplicação de entrevistas estruturadas aos bombeiros militares que exercem a função de chefia na DSCIP e no 1ºBBM, com objetivo de visualizar o entendimento que os gestores dessas unidades possuem sobre a importância da integração das atividades-fim da corporação e se de fato existe. As entrevistas foram estruturadas de duas maneiras, sendo uma contendo 4 (quatro) perguntas voltadas aos militares gestores da unidade operacional (1ºBBM) e a outra também contendo 4 (quatro) perguntas, porém, direcionadas aos militares gestores do setor técnico (DSCIP).

As entrevistas foram encaminhadas no dia 13 de novembro de 2017, por correio eletrônico. Dos quatro militares que foram disponibilizadas as entrevistas, dois exercem as funções de comandante e comandante adjunto do 1ºBBM e os outros dois exercem as funções de coordenadores da DSCIP.

Neste trabalho também foi utilizada a pesquisa quantitativa, através da aplicação de um questionário objetivo com 7 perguntas aos militares que trabalham na escala operacional do 1ºBBM, com intuito de se obter informações sobre o conhecimento que possuem referente à atividade técnica, e se de fato é importante.

O questionário, confeccionado em site<sup>11</sup> especializado em coleta de dados, foi encaminhado através de aplicativo de mensagem<sup>12</sup> aos 168 militares, porém apenas obteve-se a devolutiva de 75 respostas, correspondendo aproximadamente 44,64% do efetivo. Dos que responderam, obteve-se uma taxa de conclusão de 93%. O período da coleta de dados foi do dia 13 ao dia 17 de novembro de 2017.

## **6 RESULTADO E DISCUSSÕES**

---

<sup>11</sup> [www.surveymonkey.com.br](http://www.surveymonkey.com.br)

<sup>12</sup> Whatsapp

Diante da necessidade de se entender sobre a importância da integração das atividades-fim do CBMMT, se de fato existe ou não, no que se refere às trocas de conhecimentos e informações. Foram realizadas entrevistas com militares que exercem cargos de chefia, com intuito de levantar informações necessárias para compreender a importância deste trabalho para corporação.

Além das entrevistas, também foi aplicado um questionário com perguntas objetivas aos militares que trabalham na escala de serviço operacional do Batalhão de Bombeiros. O questionário contendo 7 (sete) perguntas foi disponibilizado aos 168 (cento e sessenta e oito) militares que trabalham na mencionada área, porém obteve-se apenas 75 (setenta e cinco) respostas, correspondendo aproximadamente 44,64% do efetivo.

Diante disso, por meio do questionário aplicado, verificou-se que a maioria dos que responderam a pergunta (Q1) possui pouco tempo de serviço (0 a 5 anos), correspondendo 74,67% dos militares. Seguido por 13,33% acima de 15 anos de serviço, representando a fração dos mais antigos<sup>13</sup>, 6,67% dos militares responderam de 6 a 10 anos e 5,33% possuem de 11 a 15 anos.

A pergunta (Q2) solicita informação se o militar trabalhou na atividade técnica, pois visa verificar o provável conhecimento que a tropa possui sobre a segurança contra incêndio e pânico. O resultado apresentou que a maioria dos respondentes trabalhou na atividade técnica correspondendo 58,90% das respostas.

Em seguida, perguntou-se a opinião de cada um referente ao nível de conhecimento que acredita possuir sobre a atividade técnica desempenhada pelo CBMMT (Q3). A maioria acredita ter o nível básico com 56,34% das respostas, seguido do nível intermediário com 35,21% das respostas, outros 5,63% responderam que não possuem conhecimento e, por último, 2,82% dos militares afirmam possuir o conhecimento avançado.

Em virtude da necessidade em se obter informações a respeito desse tema, foram questionados através das perguntas (P3) e (T4) se os entrevistados acreditam na existência da integração entre a atividade de prevenção e extinção de incêndio exercida pelo 1ºBBM com a atividade técnica desenvolvida pela DSCIP. Analisando as respostas, ficou evidente que de fato não há integração entre as atividades,

---

13

Termo utilizado para dizer que o militar possui experiência por tempo de serviço na corporação.

operacional e técnica, desenvolvidas pela corporação. Como pode-se verificar nesse trecho do depoimento:

Acredito que não. Até mesmo porque este Coordenador concorre à escala de serviço e quando está escalado, vai até a unidade para trocar informações com os militares que somente concorrem à escala e nessa dinâmica, é fácil perceber que muitos **desconhecem alguns sistemas preventivos** e como é o funcionamento deles, por exemplo, o que é e como funciona uma escada à prova de fumaça<sup>14</sup>. (Grifo nosso)

Diante dessa resposta, verifica-se que a falta de conhecimento sobre as normas de segurança contra incêndio e pânico é um dos maiores obstáculos para que a integração se efetive. Tal ponto de vista pode ser percebido em outra resposta:

Infelizmente considero que não existe, pois **muitos militares da ala operacional desconhecem as normas e parâmetros das exigências das medidas de segurança contra incêndio e pânico cobrada para as edificações, instalações e locais de risco, tornando a tática e técnica pouco proveitosa na hora do combate a incêndio**. Bem como a área técnica possui pouco caso de estudo de atendimento as ocorrências de incêndio que serve de base para o aprimoramento legislativo, sendo muitas exigências inexecutáveis para o proprietário do estabelecimento e pouco aproveitadas pela instituição na hora do sinistro<sup>15</sup>(Grifo nosso).

Do ponto de vista dos gestores da unidade operacional pesquisada, o entrevistado D acredita que não há integração. Sendo que segundo entrevistado C, esta poderia se dar através do compartilhamento de informações, conforme o trecho a seguir: “Acredito que a integração pode ser mais efetiva, pois informações importantes sobre edificações vão chegar ao conhecimento da tropa”.

Foi perguntado aos militares que trabalham na área técnica, se em algum momento receberam solicitação do 1ºBBM sobre informações das edificações localizadas em Cuiabá (P1). A resposta foi unânime para os entrevistados A e B, pois nunca receberam solicitação dessa natureza. Também, foi realizada uma pergunta similar para os militares que fazem parte do batalhão, se algum momento solicitaram essas informações à DSCIP (T1). O entrevistado D respondeu que “não”, apenas o respondente C disse que solicitou, porém, foram apenas informações posteriores ao incêndio: “Sim, principalmente após ocorrência de incêndio no local”.

---

<sup>14</sup> Entrevista do autor respondente A.

<sup>15</sup> Entrevista do autor respondente B.

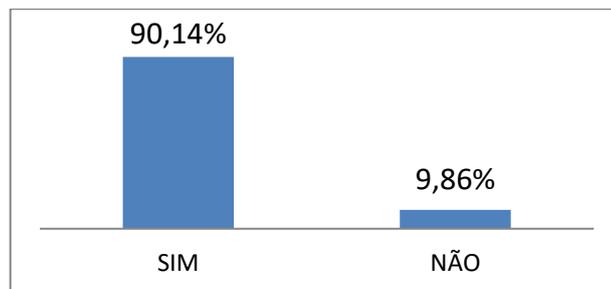
Perguntou-se aos Coordenadores da DSCIP de que maneira a atividade técnica poderia contribuir com a atividade operacional exercida pelo 1ºBBM (P3). Pergunta esta pertinente, pois considera-se importante que haja integração entre as atividades e, por isso, cada seção da corporação deve buscar meios para viabilizá-la. Desta forma, obtiveram-se as seguintes respostas dos entrevistados B e A, respectivamente:

Poderia ser disponibilizado um mapa com os locais que possuem processo aprovado, **tal mapa poderia ser informado a carga de incêndio de cada edificação, bem como a planta com a localização dos preventivos instalados**. Isso poderia ser através de um sistema informatizado, com acesso por pessoas cadastradas através de senha. Bem como poderia haver um cruzamento das informações, referente aos locais de sinistros e o locais com alvará vigente do CBMMT, servindo na tomada de decisão pelos gestores. (Grifo nosso)

“Com as capacitações referentes aos sistemas preventivos da edificação e aos novos conceitos na área”.

Além das respostas das entrevistas acerca desse assunto, pode-se observar por meio do gráfico da pergunta abaixo o seguinte resultado:

Gráfico 01 – (Q4) Você acredita que o conhecimento básico em segurança contra incêndio e pânico é útil no atendimento às ocorrências de incêndio?



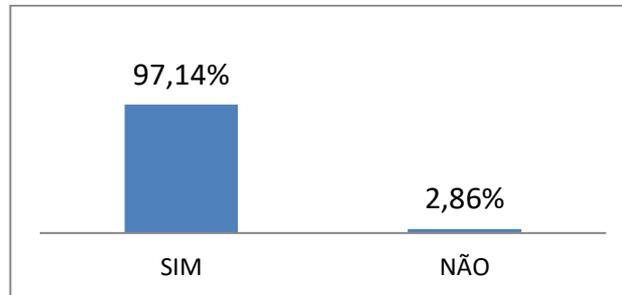
Fonte: Autor (2017)

Podemos notar que 90,14% dos bombeiros responderam que sim. Refletindo, de certa forma, que o conhecimento básico sobre a segurança contra incêndio e pânico é importante para a atividade de combate a incêndio.

O gráfico a seguir apresenta o resultado da pergunta que foi aplicada por meio do questionário:

Gráfico 02: (Q6) Você acredita que a resposta às ocorrências de incêndio em edificações poderia ser melhor se as guarnições de serviço tivessem acesso, antecipadamente (antes ou durante o deslocamento), às informações pertinentes

sobre as medidas de segurança contra incêndio e pânico, tais como a localização das rotas de fuga (saídas de emergência), dos extintores, hidrantes, hidrantes de recalque, pontos de ancoragens (no caso de prédios verticais), dos acessos a viaturas e etc.?



**Fonte:** Autor (2017)

A grande maioria respondeu que sim, correspondendo 97,14% do efetivo pesquisado. Com isso, apresentando a real importância que a disponibilização de informações tem para a tropa.

As respostas das entrevistas e dos resultados do questionário são enfáticas em garantir que o conhecimento sobre os preventivos, seja ela através de capacitação e por meios que forneçam informações, são cruciais para o sucesso da atividade de combate a incêndio.

Ainda, o Manual Básico de Combate a Incêndio do CBMDF (2009, p 24) afirma:

[...] conhecimento, por parte dos bombeiros, das características prediais da sua respectiva área de atuação — os bombeiros devem conhecer, no mínimo, as edificações de maior risco existentes em sua área de atuação, realizar treinamentos nelas com simulados e simulacros e acompanhar, desde o planejamento até a execução, os planos de retirada de vítimas específicos para cada edificação.

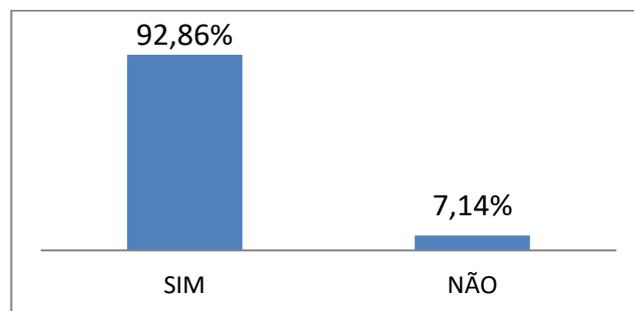
Da mesma forma, foi perguntado aos gestores da unidade operacional (que são os entrevistados C e D, respectivamente) de que maneira poderiam contribuir com a atividade técnica (T3): “Sim, repassando informações sobre as edificações que visitarmos durante as ocorrências, dessa forma dividindo informações pertinentes à segurança”.

Sim, identificando locais (edificações, locais de reunião de público, etc) onde haja a atuação das guarnições de serviços por prevenção ou extinção a incêndios que estejam irregulares perante a legislação de prevenção e segurança contra incêndio e pânico.

Nessas duas respostas, os militares, gestores da unidade operacional, afirmam que poderiam contribuir com informações importantes à atividade técnica, pois, de certa maneira, é a guarnição de serviço no batalhão que, no momento do incêndio, verificará na prática a atuação das medidas preventivas, bem como, se o local sinistrado está regularizado perante o CBMMT.

Reforçando essa perspectiva, o gráfico abaixo apresenta informações necessárias para compreensão desse assunto:

Gráfico 03: Você acredita que a atividade operacional pode contribuir com a atividade técnica?



Fonte: Autor (2017)

Pode-se notar que 92,86% das respostas foram positivas e apenas 7,14% responderam negativamente. Conforme o gráfico apresentado, o resultado confirma a importância da contribuição da atividade operacional para a atividade técnica desenvolvida pelo CBMMT.

Diante do que foi mencionado, é através do envolvimento das unidades operacionais e técnicas por meio das ações que foram evidenciadas que a integração poderá se concretizar. O benefício dessa união de esforços poderá ser percebido conforme dispõe o Manual Básico de Combate a Incêndio do CBMDF (2009, p. 12):

A importância prática dessa integração para as unidades operacionais é indiscutível, visto que lhes pode ser disponibilizado, por exemplo, o mapeamento das edificações de sua área de atuação com riquezas de detalhes. E, desse modo, aumentar sua eficiência, na medida em que dispõem de melhores recursos técnicos e táticos de combate a incêndios.

Continuando com a entrevista, ainda foi perguntado aos militares que trabalham na DSCIP se acreditam que a integração entre a atividade técnica e a

atividade operacional trará benefícios para ambas às atividades. Obteve-se a seguinte resposta do entrevistado B:

Considero a integração entre a área técnica e operacional essencial, pois a área operacional poderá obter os locais que possuem os preventivos instalados e a forma como estes são dimensionados para atender a edificação, com isso o batalhão poderá editar o procedimento operacional padrão (POP)<sup>16</sup> condizente com as medidas preventivas exigidas pela atividade técnica. Já a área técnica poderia obter um feedback da área operacional em relação a efetividade das exigências e com isso aprimorar as normas buscando a finalidade que no caso é a segurança contra incêndio e pânico.

Através dessa argumentação, confirmam-se os benefícios da integração, pois em se tratando das ações operacionais, as informações fornecidas pela DSCIP poderiam ser importantes, também, na formulação do POP de incêndio, por exemplo. Em contrapartida, o Batalhão poderia emitir sua opinião acerca dos preventivos instalados, se de fato contribuíram para o combate a incêndio, dessa maneira ajudaria significativamente na formulação ou reformulação de normas técnicas.

Para que ocorra a integração, é necessário que os militares das guarnições de serviço operacional tenham ferramentas de informações necessárias ao atendimento à ocorrência e que recebam instruções de como utilizá-las, bem como, o funcionamento sobre as principais medidas de segurança das edificações. Tal ideia pode ser evidenciada no argumento apresentado pelo entrevistado A:

Os novos conceitos na área de prevenção geralmente aparecem nessa Coordenadoria pela forma como os engenheiros e arquitetos apresentam suas soluções para os casos mais complexos, dessa forma, **um exemplo dessa integração seria o fornecimento atual e didático dessas informações** de forma simplificada e que geralmente não estão disponíveis para a consulta. (Grifo nosso)

E, por último, foi perguntado a respeito da SSCIP do 1ºBBM aos gestores da unidade operacional, respectivamente aos entrevistados C e D, se a mencionada seção esteve sob a administração da DSCIP. Ambos responderam que sim, como se pode observar nos comentários a seguir:

“Sim, porém durante o tempo que estou no comando do batalhão, tal seção funciona sob a égide da DSCIP”.

---

<sup>16</sup> Segundo Werkema (2013), Procedimento Operacional Padrão é o planejamento de ações repetitivas com objetivo de se atingir uma meta.

“Sim, verificar com alguém da DSCIP. Entrei em contato com o pessoal que trabalha na SSCIP, contudo não souberam informar. Atualmente, encontra-se sob a administração da DSCIP.”

Destarte, considera-se imprescindível que a unidade operacional participe efetivamente na atividade técnica, pois permitem que os demais militares do quartel participem de palestras, vistorias e análises de processos, pois conforme o Manual Básico de Combate a Incêndio do CBMDF (2009, p. 11), as unidades operacionais têm o papel importante de “manter o banco de dados sobre os sistemas de segurança contra incêndio e pânico existentes em suas áreas de atuação, mediante o processamento das informações coletadas nos serviços de vistorias técnicas”.

As pesquisas apresentaram elementos necessários para que se atinja o principal objetivo deste trabalho que é a integração das atividades-fim, dos quais se ressaltam: **I-** a importância do conhecimento básico das medidas de segurança; **II-** o uso das medidas de segurança da edificação como ferramentas imprescindíveis no combate a incêndio; **III-** o fornecimento de informações por parte da DSCIP sobre as edificações de maiores riscos na cidade de Cuiabá; **IV-** através das informações sobre as edificações, o 1ºBBM poderá realizar simulado de atendimentos a incêndios, que será útil na confecção de procedimento operacional padrão. **V-** preenchimento de um relatório pela guarnição de serviço do 1ºBBM contendo informações sobre a existência ou não das medidas de segurança e a sua efetividade, servindo de parâmetro para formulação ou atualização das normas técnicas pela DSCIP; **VI-** a retomada e o fortalecimento da seção de serviços técnicos pelo 1ºBBM; **VII-** a implantação do ciclo operacional por meio do envolvimento de todas as atividades, através da normatização, da análise e vistoria, do combate a incêndio e da perícia. **VIII-** capacitação da tropa operacional do 1ºBBM sobre a segurança contra incêndio e pânico.

Perante estes elementos coletados pelas pesquisas, julgamos importante fortalecer o elo entre a atividade operacional e a atividade técnica desenvolvida pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, pois ambas são de extrema importância para o cumprimento da nossa Missão: “Proteger vidas, patrimônios e meio ambiente” (CBMMT, 2016, p. 12).

Portanto, verificou-se através das informações obtidas que estes resultados são importantes para elucidação do tema deste trabalho que é a integração entre as atividades operacional e técnica desenvolvida pelo CBMMT no município de Cuiabá.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo de verificar se há integração entre as atividades-fim, pois se pretendeu, por meio das entrevistas estruturadas e questionário objetivo, investigar se há trocas de conhecimentos entre a atividade operacional do 1ºBBM e a atividade técnica realizada pela DSCIP.

Além das informações apresentadas pelo referencial teórico, que também demonstram a relevância desse trabalho, foi constatada através dos resultados, que se faz necessária a comunicação entre o 1ºBBM e a DSCIP, pois ambos os quartéis possuem informações e experiências nas suas respectivas áreas de atuação que poderiam ser utilizadas na formulação de POP e nas edições e atualizações de Normas Técnicas do CBMMT.

Portanto é possível refletir, diante dos resultados, que a integração entre a atividade operacional e a atividade técnica desenvolvida pela corporação, se torna imprescindível devido, principalmente, à melhoria no atendimento à população. Pois, em um incêndio em edifício, além dos equipamentos que as viaturas dos bombeiros possuem, também há as medidas de segurança contra incêndio pânico que poderão auxiliar os militares no combate a incêndio e no salvamento de possíveis vítimas.

Diante disso, é enfático afirmar que se conhecendo as pessoas com quem se trabalha, possibilitará a integração entre as atividades, operacional e técnica. Porém, com a união dos conhecimentos e das forças possibilitará o triunfo sobre nosso maior inimigo que é o incêndio. Nessa reflexão, Sun Tzu, um dos maiores estrategistas da história afirma: “Conhece-te a ti mesmo, conhece teu inimigo. Tua vitória jamais correrá risco. Conhece o lugar, conhece o tempo. Então, tua vitória será total (CASSAL, 2006, p 60)”.

Logo reforça a ideia de autoconhecimento da instituição sobre a disciplina de prevenção e extinção de incêndio, da importância do mapeamento das edificações de maiores riscos e do conhecimento prévio das medidas segurança contra incêndio

e pânico, como principais meios de se obter a integração entre as atividades operacionais e técnicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. 2ª. ed. São Paulo: FTD, 2007.

CAMPOS, André Telles; CONCEIÇÃO, André Luiz Santana da. **Manual de Segurança Contra Incêndio e Pânico: Proteção Passiva**. Brasília-DF: CBMDF, 2006. 219p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 9ª edição. Barueri-SP, 2014. 653p.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (Brasil). **Manual Básico de Combate a Incêndio: Segurança Contra Incêndio**. V. 04, 2ª edição. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. (Brasil). **Manual Básico de Combate a Incêndio: Segurança Contra Incêndio**. V. 05, 2ª edição. Brasília, 2009.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GÓIAS. (Brasil): Norma Técnica Nº 02 – **Conceitos Básicos de Segurança Contra Incêndio**. Goiânia-GO, 2014.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO (Brasil). **Planejamento Estratégico do CBMMT: 2016 - 2020**. Cuiabá, 2016.

\_\_\_\_\_. (Brasil): Norma Técnica do Corpo de Bombeiros Nº 01 – **Procedimentos Administrativos**. Cuiabá-MT, 2017.

\_\_\_\_\_. (Brasil): Norma Técnica do Corpo de Bombeiros Nº 04 - **Terminologias e Siglas de Segurança Contra Incêndio e Pânico**. Cuiabá-MT, 2016.

MATO GROSSO, Assembleia Legislativa – ALMT: **Constituição do Estado de Mato Grosso**: texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1989, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 01/1991 a 71/2014 Cuiabá: ALMT, 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº. 857, de 29 de ago. de 1984. **Especificação de instalação de proteção contra incêndio.**

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº. 2.295, de 14 de abr. de 2014. **Regulamenta a Lei Complementar nº 404, de 30 de junho de 2010 que dispõe sobre a estrutura e organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso.**

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº. 2346, de 21 de jan. de 2010 (Revogada). **Regulamenta o exercício de fiscalização do CBMMT instituído pela Lei nº 8.399/05, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Legislação de Segurança Contra Incêndio e Pânico no Estado de Mato Grosso.**

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Estadual nº. 404, de 30 de jun. de 2010. **Dispõe sobre a estrutura e organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.**

\_\_\_\_\_. Lei Estadual nº. 8.399, de 22 de dez. de 2005 (Revogada). **Lei de segurança contra incêndio e pânico do estado de Mato Grosso.**

\_\_\_\_\_. Lei Estadual nº. 10.402, de 25 de mai. de 2016. **Lei de segurança contra incêndio e pânico do estado de Mato Grosso.**

MAUS, Álvaro. Segurança contra sinistros: **teoria geral**. 1ed. Florianópolis. 2005. 49p.

**Medidas de Prevención y Protección Contra Incendios**. Ed. Madrid. Dato Abeirtos, 2015. 98p.

SEITO, Alexandre Itiu. et. al (Org.). **A Segurança Contra Incêndio no Brasil**. São Paulo: Projeto Editora, 2008. 496p.

Disponível em <<https://www.meusdicionarios.com.br/integracao>>. **Significado de integração**. Acesso em: 05 de nov. de 2017.

Tzu, Sun. **A arte da guerra** / Sun Tzu; tradução de Sueli Barros Cassal. -- Porto Alegre: L&PM, 2006. 152p.

OWERKEMA, Cristina. **Métodos PDCA E DMAIC e suas ferramentas analíticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 201p.

## APÊNDICE A

Questionário a ser realizado com os militares pertencentes ao quartel do 1ºBBM (Cuiabá), que desempenham a atividade operacional, com intuito de traçar perfil e o nível de conhecimento que estes possuem sobre a atividade técnica desenvolvida pelo CBMMT. Segue abaixo as perguntas a serem realizadas:

Q1- Assinale abaixo a alternativa que corresponde aproximadamente à quantidade de anos de serviço prestado no CBMMT:

- de 0 a 5 anos
- de 6 a 10 anos
- de 11 a 15 anos
- de 16 a 20 anos
- acima de 20 anos

Q2- Marque abaixo a alternativa que corresponde aproximadamente o tempo em que já trabalhou na atividade técnica:

- 0 anos (não trabalhou)
- até 1 ano
- de 2 a 4 anos
- de 5 a 7 anos
- acima de 7 anos

Q3- Qual nível de conhecimento você tem sobre a atividade técnica do CBMMT?

- não tenho conhecimento
- básico
- intermediário
- avançado

Q4- Você acredita que o conhecimento básico em segurança contra incêndio e pânico é útil no atendimento às ocorrências de incêndio?

- sim
- não

Q5- Em atendimento à ocorrência de incêndio em edificações, você já utilizou alguma medida de segurança da edificação?

- sim
- não

Q6- Você acredita que a resposta às ocorrências de incêndio em edificações poderia ser melhor se as guarnições de serviço tivessem acesso, antecipadamente (antes ou durante o deslocamento), às informações pertinentes sobre as medidas de segurança contra incêndio e pânico, tais como a localização das rotas de fuga

(saídas de emergência), dos extintores, hidrantes, hidrantes de recalque, pontos de ancoragens (no caso de prédios verticais), dos acessos a viaturas e etc.?

sim

não

Q7- Você acredita que a atividade operacional pode contribuir com a atividade técnica?

sim

não

## **APÊNDICE B**

Entrevistas a serem realizadas com o comandante do 1ºBBM e com os Coordenadores da DSCP, com intuito de obter informações necessárias sobre a existência ou não da integração entre as atividades técnica e operacional do CBMMT e se de fato é importante.

Entrevista número 1: Esta entrevista será realizada através de 4 (quatro) perguntas abertas aplicadas aos militares que exercem a função de Coordenador na Diretoria de Segurança Contra Incêndio e Pânico. O Coordenador possui a função de gerenciamento, ou seja, é ele que, entre outras atribuições, administra, organiza e planeja as ações da coordenadoria.

P1- Em sua Coordenadoria, em algum momento, recebeu solicitação do 1ºBBM sobre informações referentes às edificações localizadas em Cuiabá? Caso positivo, cite quais foram essas informações?

P2- De que maneira sua coordenadoria poderia contribuir com a atividade operacional exercida pelo 1ºBBM?

P3- Vossa senhoria acredita que a integração entre a atividade técnica e a atividade operacional trará benefícios para ambas as atividades? Caso positivo, cite alguns exemplos:

P4- Atualmente, o senhor acredita que exista integração entre a atividade operacional de prevenção e extinção de incêndio exercida pelo 1ºBBM com a atividade técnica desempenhada pela DSCIP?

Entrevista número 2: Esta entrevista será realizada através de 4 (quatro) perguntas abertas aplicadas ao Comandante e Comandante Adjunto do 1º Batalhão de Bombeiros Militar.

T1- Em algum momento, o senhor solicitou informações à DSCIP sobre as edificações localizadas na região de Cuiabá?

T2- A SSCIP, prevista no organograma do 1ºBBM, esteve sob administração da DSCIP? Se sim, por quanto tempo?

T3- O senhor acredita que o serviço operacional do 1ºBBM poderá contribuir com a atividade técnica desenvolvida pela DSCIP? Se sim, de que maneira poderia ajudar?

T4- O senhor acredita que existe integração entre a atividade de prevenção e extinção de incêndio exercida pelo 1ºBBM com a atividade técnica desenvolvida pela DSCIP?